

GESTÃO DE CONTEÚDO E DE PROFISSIONAIS PARA UMA ESCOLA BILÍNGUE

BRUNA FREESZ¹

RESUMO

Este artigo pretende apresentar um estudo de questões pertinentes à atuação da gestão escolar para a implementação de uma proposta educacional bilíngue (inglês – português) a alunos da educação infantil e ensino fundamental. Com enfoque na gestão dos conteúdos didáticos e na capacitação de profissionais para tal demanda. Tem por objetivo promover a reflexão sobre aspectos relacionados à gestão escolar que podem contribuir com a efetividade do desenvolvimento do projeto para abertura de uma unidade educacional bilíngue. O estudo foi baseado em uma revisão de literatura sobre o tema em livros, artigos, periódicos, monografias, documentos legais e sites da internet. Conclui-se provisoriamente que cabe ao gestor o papel de liderança na implementação de uma proposta educacional diferenciada tanto pelo público alvo, quanto pelos colaboradores a fazerem parte do projeto. Cabe a ele também, deter profundos conhecimentos de causa para articular da melhor maneira o tripé: conteúdo pedagógico, educador e educando. A fim de alcançar o sucesso tanto do ponto de vista educacional, quanto da gestão pedagógica empresarial.

PALAVRAS – CHAVE: Educação, Escola bilíngue, Gestão de Conteúdo, Gestão de Pessoas.

¹ Especialista Latu Sensu em Teologia, Cosmologia e Cultura Afro-brasileira pelo EAD Ubuntu e Faculdade Centro Oeste FACEO (2024); em Gestão Educacional pelo Centro Universitário Claretiano na área de concentração em Educação Bilíngue (2020); em Revisão de Textos pela PUC Minas (2009); em Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2007). Graduada em Letras - Centro Universitário Academia - UniAcademia (CES-JF 2004).

1. INTRODUÇÃO

Desde a chegada dos jesuítas ao Brasil, no período colonial, com uma pedagogia catequizante e europeia; passando pela primeira ruptura do sistema vigente com o Marques de Pombal; a vinda da família Real e a implantação das primeiras escolas superiores em solo brasileiro; a proclamação da república e as tentativas que pudessem apontar novas perspectivas; a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional em 1961, depois de quase trinta anos após ser prevista pela Constituição de 1934 até a mais nova “vedete” em termos de assuntos educacionais, a Base Nacional Comum Curricular² (BNCC), muitas mudanças ocorreram na condução da educação em nosso país.

E uma das mais novas tendências educacionais, considerando a necessidade da sociedade hoje em dia em se comunicar de modo global e eficiente é a formação de indivíduos bilíngues.

Em um mundo em que a palavra de ordem é “globalização”, a necessidade de se conhecer pelo menos duas línguas tem se tornado cada vez mais urgente. A procura por escolas bilíngues vem crescendo e reflete uma preocupação dos pais que desejam que seus filhos, desde a tenra idade, frequentem uma escola assim. O surgimento de novas instituições para o atendimento desse público tem feito com que os educadores e teóricos da educação pensem cada vez mais em como organizar a educação infantil de forma bilíngue: tempo e espaço para permitir que os alunos tenham mais e mais acesso a uma nova língua e conseqüentemente uma nova cultura (FÁVERO, 2009,19).

O fenômeno da educação bilíngue no Brasil tem se espalhado rapidamente, aqui se ressalta o papel da rede particular de ensino. De acordo com pesquisa realizada pela Associação Brasileira do Ensino Bilíngue (Abebi) nos últimos seis anos, esse segmento cresceu entre 6% a 10% e movimenta 250 milhões de reais atualmente³. Na cidade de São Paulo, onde já existem 71 instituições de ensino bilíngue e oito internacionais, o número de alunos saltou em 61% nos últimos cinco anos, segundo a Organização das Escolas Bilíngues (OEBi) (apud, VIEIRA, 2019, n.p).

Além de se consolidar no mercado como tendência educacional, surge com potencial e peculiaridades: a necessidade do domínio de mais de uma língua nas relações das mais diversas esferas: educacionais, políticas, econômicas, mercadológicas, etc. Conhecer culturas de outros países e, num aspecto mais prático do dia a dia, a habilitação de jovens estudantes para submissão de seus currículos às universidades no exterior.

² A existência de uma base curricular comum foi prevista na Constituição Federal, de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, e no Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014. Em 2015 começou a construção do documento. Três versões foram redigidas e levadas à consulta pública. Uma terceira versão revisada foi produzida pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Conselho Nacional de Educação (CNE) para aprovação do órgão que ocorreu em 20 de dezembro de 2017.

³ Informações colhidas da Revista Veja São Paulo em agosto de 2019. Artigo de Maria Clara Vieira - Escolas bilíngues se espalham pelo país. Isso é bom – e custa caro.

Muitas escolas e profissionais estão voltando suas atenções para esse caminho. Justamente, por perceberem as transformações que vem sofrendo o mundo hoje com a necessidade da ampliação da capacidade de interação, por meio do âmbito tecnológico e domínio de outro idioma.

Desse modo, este artigo busca discutir questões pertinentes à atuação da gestão escolar para a implementação de uma proposta educacional bilíngue (inglês – português) a alunos da educação infantil e ensino fundamental. Com particular enfoque na gestão dos conteúdos e capacitação de profissionais para tal demanda.

A cidade de Juiz de Fora, de médio porte e próxima de grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, que já concentram grande número de escolas bilíngues, tem visto, nos últimos anos, uma corrida de suas instituições de ensino, em especial da rede particular, para a adequação de seus currículos, considerando a inserção da segunda língua (inglês).

Tendo isso em vista, Marini (2008, on-line), em reportagem à Revista Educação comenta que uma nova tendência educacional surgida há menos de 10 anos vem se consolidando no mercado brasileiro e ainda demonstrando forte potencial de ampliação, que é, justamente, o ensino do inglês como segunda língua. Ainda cita que nesse processo há o envolvimento de colégios particulares tradicionais com empresas de programas didáticos, pedagógicos e de gestão para tornar tais instituições em bilíngues.

Neste contexto, surgem as escolas bilíngues, que se propõem, inicialmente, a unir as duas competências: a da escola regular, voltada para educação e formação do indivíduo; e do instituto de idiomas, voltado para o ensino do idioma, com enfoque no desenvolvimento linguístico (MARCELINO, 2009, p.10).

Já Costa (2019, on-line), em seu artigo à Revista Gestão Universitária, comenta sobre a importância da seleção, formação e proficiência dos profissionais que estarão envolvidos na condução diária da educação bilíngue nas escolas. Observa que tais profissionais precisam de formações específicas exigidas pelas leis, além claro, da proficiência na segunda língua, como também um permanente processo de formação teórica e prática para manterem alinhados os currículos escolhidos pelas escolas.

Também com olhar voltado à formação docente, Fávoro (2009, p.61), em sua dissertação de mestrado, destaca que essa formação não seria só um processo de aprimoramento profissional, mas ainda, um modo de “transformação da cultura escolar em novas práticas participativas e de gestão democrática”.

Em um mundo onde as relações econômicas, políticas, sociais e culturais entre países têm sido construídas com maior proximidade, a necessidade de se dominar ao menos duas línguas tem se tornado cada vez mais urgente e imprescindível. A procura por centros de educação que ofereçam um ensino bilíngue vem crescendo em cidades de médio porte, isso reflete a preocupação de pais que almejam seus filhos inseridos num ambiente acadêmico com esse.

Torna-se, assim, relevante o estudo da gestão dos conteúdos e dos profissionais que estarão envolvidos nas práticas pedagógicas para a construção de uma nova concepção de ensino-aprendizagem. Entretanto, não se tem a pretensão de esgotar a discussão do tema, uma vez que, ainda há muitos questionamentos a serem pesquisados. A intenção aqui é apresentar uma contribuição que possa enriquecer o debate, relevante ao campo da gestão educacional.

Almeja-se com o presente artigo promover a reflexão sobre aspectos relacionados à gestão escolar que podem contribuir com a efetividade da implementação de uma proposta educacional bilíngue. Verificar que de tal modo efetivo a comunidade escolar poderá alcançar “*know how*” para essa nova prática pedagógica surgida da necessidade de tempos globalizados e da demanda discente.

Para isso, o artigo busca usar como metodologia, o estudo do material bibliográfico já publicado nos meios acadêmicos. Descrever, a partir da leitura de tais textos, definição de bilinguismo e suas características, conceitos sobre ensino e educação bilíngue, e como tem sido feita a gestão dos conteúdos didáticos escolhidos pela equipe, captação, seleção e formação de profissionais da área da docência.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Bilinguismo

Neste momento do texto é importante definir, delimitar e entender os conceitos base referentes ao bilinguismo, à educação bilíngue e à gestão escolar, no que concernem os conteúdos didáticos e formação de profissionais, posto que, a proposta desse artigo busca alcançar ainda outras abordagens sobre o tema. Contudo, precisamos tangenciar tais conceitos para que a compreensão final seja plena. Além de pontuar as diferenças terminológicas, para que não haja equívocos entre bilinguismo ou pessoa bilíngue e educação bilíngue.

Diferente do movimento de implantação de escolas bilíngues no Brasil, os estudos sobre o entendimento do bilinguismo como conceito vem de longa data. Segundo Chediak (2019, p.21), surgiram no início do século XX influenciados por questões sociais ligadas a posicionamento

ideológico e processo de imigração nos Estados Unidos. À vista disso, o estudo pelo viés da linguagem é colocado de lado e as primeiras definições surgiam com cunho negativo para amparar a ideia de que a mistura de etnias era considerada ruim para formação do povo americano. Só a partir da década de 1950, quando os estudos voltados à área passam a considerar mais relevantes fatores linguísticos em detrimento de fatores ideológicos é que essa visão negativa do bilinguismo tomou outro caminho.

Doravante, em concordância com Hoexter (2017, p.21): “De modo geral, o bilinguismo é compreendido como o domínio de dois idiomas”. Partimos de um panorama geral para pormenorizarmos as reflexões de estudiosos do tema: Megale (2005, p.01), por exemplo, cita Bloomfield, Mcnamara, Titone, Harmers e Blanc. Chediak (2019, p.22), também recorre a Mcnamara e Titone e ainda acrescenta Baker.

Megale (2005, p. 01), em especial, parte de dois caminhos para construir as definições de bilinguismo: a concepção *unidimensional*, que trata com exclusividade apenas uma dimensão do estudo para construir o conceito, e aqui cita os três primeiros autores da lista acima; e *multidimensional*, que segundo ela, aborda várias dimensões para criar o conceito, trazendo à luz a noção apresentada por Harmers e Blanc.

Chediak (2019, p.22) não destaca a diferenciação entre as dimensões, mas deixa claro que, em seus estudos, considera particularmente importante o fenômeno multidimensional do bilinguismo.

Destacamos aqui as percepções de cada um dos autores citados:

- Bloomfield (1935, apud MEGALE, 2005, p.02) define bilinguismo como “o controle nativo de duas línguas.”
- Macnamara (1967, apud MEGALE, 2005, p.02), afirma que “um indivíduo bilíngue é alguém que possui competência mínima em uma das quatro habilidades linguísticas (falar, ouvir, ler e escrever) em uma língua diferente de sua língua nativa.”
- Titone (1972 apud MEGALE, 2005, p.02) aborda o bilinguismo como: “a capacidade individual de falar uma segunda língua obedecendo às estruturas desta língua e não parafraseando a primeira língua.”
- Harmers e Blanc (2000 apud MEGALE, 2005, p.03) “consideram importante analisar detalhadamente seis dimensões ao definir bilinguismo: competência relativa; organização cognitiva; idade de aquisição; presença ou não de indivíduos

falantes da segunda língua no ambiente em questão; status das duas línguas envolvidas e identidade cultural⁴.”

- Baker (2008 apud CHEDIK, 2019, p.22) “apresenta o termo ‘dimensão do bilinguismo⁵’; essas dimensões referem-se à habilidade, ao domínio, ao equilíbrio entre as duas línguas, à idade, ao desenvolvimento, à cultura, ao contexto e à distinção entre bilíngues eletivos e circunstanciais⁶.”

Em ambas as pesquisas as autoras descrevem a variedade de definições do bilinguismo para evidenciar que não seria possível construir seu conceito com base apenas em um aspecto: a competência linguística. Isso posto, ser bilíngue requer muito mais do que uma única competência.

O bilíngue pode ter competência produtiva, quando é capaz de falar e escrever nas duas línguas; ou habilidade receptiva, quando é capaz apenas de compreender e ler, ou seja, habilidades de recepção e não de produção (...)

(...) Em relação à idade, podem-se classificar dois tipos de bilinguismo, o bilinguismo simultâneo ou o bilinguismo sucessivo. O bilinguismo simultâneo ocorre quando uma criança adquire duas línguas ao mesmo tempo, desde o nascimento (...) O bilinguismo sucessivo ocorre quando a criança adquire a segunda língua depois dos três anos de idade, chamado também de bilinguismo tardio quando ele ocorre mais tarde. (...)

(...) O bilíngue principiante tem uma língua bem desenvolvida e a outra, segunda língua, ainda em estágios iniciais. Quando essa segunda língua está realmente se desenvolvendo, pode-se denominar de bilinguismo ascendente. (...)

(...) O contexto de bilinguismo pode ser aditivo (...) a aquisição de uma segunda língua sem prejuízos ou desprestígio para a primeira (...) em situação de prestígio da segunda língua, sendo assim, a língua materna do indivíduo não é substituída no processo de aprendizagem da leitura e escrita, mas uma segunda língua é adicionada (CHEDIAK, 2019 p. 23 e 24, grifos nossos).

Dessa forma, considerando as “dimensões do bilinguismo” propostas pelos autores analisados, assumiremos que uma pessoa bilíngue, particularmente crianças, público alvo desse estudo, torna-se bilíngue⁷ à medida que desenvolve habilidades de fala, escrita, leitura e

³ Magale (2005, p. 03, 04, 05) apresenta detalhadamente as seis dimensões sugeridas por Harmers e Blanc. Neste artigo, a intenção seria apenas citá-los para assegurar a proposição do fenômeno multidimensional do bilinguismo.

⁵ Chediak (2019 p. 25) também detalha cada uma das dimensões sugeridas por Baker em sua pesquisa.

⁶ Bilíngues circunstanciais são aqueles que aprendem o segundo idioma devido às circunstâncias que os cercam – necessidades impostas pelo ambiente em que se encontram. Os eletivos são aqueles que escolhem aprender uma segunda língua por diferentes razões (CHEDIAK, 2019 p. 25).

⁷ Semelhante ao nome usado neste artigo - BILINGUISTO SUCESSIVO -, Marcelino detalha: Bilíngues consecutivos de infância – o mais provável de surgir como resultado de educação bilíngue no Brasil. Este aprendiz desenvolve a L2 em um contexto onde a língua é utilizada como veículo de comunicação, forma de constituição e de obtenção de conhecimento. A língua (L2) não é utilizada apenas como o objeto de estudo em si, mas passa a ser em grande parte, a língua de instrução também. O contexto em que o aprendiz está inserido, no entanto, é constituído de brasileiros, e, portanto, menos favorável para o uso da L2 todo o tempo, especialmente em momentos de interação entre as crianças e pré-adolescentes. Se os membros da comunidade linguística “escola” utilizarem a língua para comunicação, a naturalidade e a cultura de se utilizar a língua aumentam, bem como a exposição à língua pela

compreensão para comunicar-se no segundo idioma, incorporando ao seu aprendizado conhecimentos culturais provenientes dele.

2.2. Ensino e Educação Bilíngue

Juntamente com o mercado de escolas bilíngues em acessão, os estudos acadêmicos sobre educação bilíngue têm sido recentes e se intensificado nos últimos anos, diferente do estudo sobre o bilinguismo já apresentado. Chediak confirma essa afirmação ao dizer que:

Logo na primeira década de 2000, surgem, com mais intensidade, as escolas regulares bilíngues para crianças de creche, pré-escola e séries iniciais do ensino fundamental, alicerçadas em pesquisas sobre os benefícios do bilinguismo na infância (CHEDIAK, 2019, p.29).

Marcelino (2009, p.01) reafirma que: “O crescimento do bilinguismo no Brasil evidencia um desenvolvimento na educação e uma demanda mercadológica pressionada pelos pais de alunos de escolas regulares”. Por necessitarem cada vez mais de praticidade e qualidade na educação das crianças, as famílias veem encontrando na escola regular bilíngue a comodidade que alia à necessidade de adquirir uma segunda língua a um ensino de qualidade.

Como dito anteriormente, a implementação de uma proposta educacional bilíngue se ancora no vislumbre de uma formação acadêmica profissional acompanhada de um futuro promissor que alcance as demandas da sociedade globalizada e mercadológica, tanto sob do ponto de vista das famílias quanto das instituições de ensino.

Dessa forma, entende-se que o bilinguismo não é fruto somente do uso de duas línguas de povos que convivem, mas se concretiza, também, devido à necessidade de possibilitar o acesso a informações e formar um profissional potencialmente competitivo no futuro (no caso das crianças, esse pode ser um desejo dos pais) ou por outras razões. (CHEDIAK, 2019, p.47).

Ainda destacando esse recente interesse pelo tema no campo acadêmico e já apontando um direcionamento, dos quais os conceitos serão considerados para esta análise, indicamos nas palavras de Chediak o quão recente debruça-se sobre o estudo do ensino bilíngue:

Apesar de o número de pesquisas ainda ser escasso, é notável o interesse nesse campo desde a primeira década do século XXI; é o caso de pesquisas como as de Martins (2007), Furtado (2007), Flory (2008), Cristino (2007) e Megale (2005), o que pode ser atribuído especialmente à disseminação de escolas bilíngues eletivas no Brasil. (CHEDIAK, 2019, p.32, grifo nosso).

criança/pré-adolescente, aumentando a possibilidade de ganhos na aquisição. (MARCELINO, 2009, p.06, grifo nosso).

Pelo maior interesse em estudar tal assunto, alguns conceitos começam a alinhar-se e ou distanciar-se, à medida em quem novas perspectivas vão se revelando. Nesse sentido, outra definição que se pretende trazer é delinear a noção de Ensino e Educação Bilíngue.

Para os propósitos de estudo, concordamos mais uma vez com Chediak (2019, p.21), que traz o termo “educação bilíngue eletiva” pela primeira vez em suas pesquisas. Outros estudiosos chegaram a fazer uso do termo indicado como: educação bilíngue ou educação bilíngue de elite. Entretanto, a ideia de particularização e elitização que o termo incorpora tem se tornado incompatível vez que, no país já é possível encontrar escolas públicas não elitizadas oferecendo educação bilíngue eletiva, de forma ainda minoritária em relação à rede particular de ensino.

A educação bilíngue eletiva refere-se a uma situação de escolha, ou seja, de opção por determinada língua; não está demandada como exigência para participação no contexto social em que o indivíduo está inserido, mas como um “diferencial” de competição. Essa língua está tipicamente ligada a um grupo majoritário, ou seja, a posição de status de uma língua, como é o caso da língua inglesa (CHEDIAK, 2019, p.30).

Essa definição é importante para diferenciar os vários trabalhos acadêmicos que se relacionam ao ensino bilíngue no Brasil sobre a educação bilíngue de surdos, a educação bilíngue de indígenas, a educação bilíngue de fronteira e sobre a educação bilíngue em contexto de imigração.

Dito isso, cabe aqui acrescentar que o entendimento de ensino bilíngue e educação bilíngue eletiva estão no campo das semelhanças de significado e sinonímia. E acontecem intrinsecamente ligados às práticas pedagógicas realizadas nas escolas bilíngues de ensino regular. Em sua monografia Benchimol (2011, p.13) indica essa ligação das práticas pedagógicas com a segunda língua. “Nos modelos escolares de educação bilíngue, o bilinguismo é parte de um programa estruturado em uma escola, e a língua constitui meio de aprendizado e não apenas objeto de ensino.”

Hoexter (2017, p.20 e 21) traz a diferenciação entre escolas bilíngues e cursos de idioma: “Importante salientar que a educação bilíngue não é ensino de idiomas, mas o uso de uma outra língua para se desenvolver saberes, o que a diferencia de institutos de idiomas. Uma escola bilíngue deve, antes de tudo, ser uma escola”.

Marcelino destaca a língua inglesa como meio pelos quais tais práticas acontecem:

Na escola bilíngue, a língua inglesa é um veículo, o meio através do qual a criança também se desenvolve, adquire e constrói conhecimento e interage e age sobre o meio. (...) A escola bilíngue é uma escola brasileira, com o diferencial de que os conteúdos escolares e interações também ocorrem em inglês (MARCELINO, 2009, p.10).

Já Costa (2018, p.85) acrescenta a tais práticas a introdução dos aspectos culturais da segunda língua. “(...) vivências e interações o objetivo maior do ensino bilíngue não é o de apenas

“ensinar” a língua, mas também envolver o aprendiz nos saberes culturais que um idioma oferece, atingindo de certa forma o biculturalismo”.

A partir desse ponto podemos delimitar ainda mais certos conceitos para seguirmos a diante. Assim, consideraremos língua inglesa como sendo a segunda língua ou língua-alvo (L2) e a língua portuguesa, a primeira língua ou língua materna (L1). Também adotaremos a concepção de que L2 é um meio de adquirir os conteúdos acadêmicos e não só uma forma de estudo da linguagem. E com isso, Fávoro enriquece e faculta nossa fala.

No caso da educação bilíngue tanto a língua materna como a segunda língua, são os meios de ensino-aprendizagem, não apenas dos aspectos linguísticos, mas com igual importância dos conteúdos conceituais das áreas do conhecimento (Ciências, Matemática, Geografia, etc.) (FAVERO, 2009, p. 43).

Além de citar Lyle French:

French (2007, apud FÁVARO, 2009, p. 43) afirma que um ponto muito importante para diferenciar escolas brasileiras com aulas de Inglês (língua alvo) e escolas de educação bilíngue é que, no segundo caso, matérias do currículo são ensinadas na segunda língua e, no primeiro, as crianças aprende a língua, o Inglês.

Para finalizar essa seção, é válido ressaltar que apesar de estudos promissores acerca do tema ainda não há uma legislação específica que regulamente as escolas bilíngues. Entretanto, Costa (2018, p.85) alerta que o crescimento delas explicita a necessidade de se buscar algo que possa reger em instâncias legais e regulatórias o funcionamento de tais escolas. Assim como Chediak:

Apesar do aumento de escolas bilíngues eletivas no Brasil, ainda não há, na legislação da educação nacional, diretrizes estabelecidas que normatizem a instalação dessa modalidade de educação no país. Embora essa tendência mundial já tenha se tornado uma realidade, as políticas educacionais continuam a ignorá-la. É necessário lançar um olhar crítico para essa situação. (CHEDIAK, 2019, p.126).

2.3. Gestão Escolar no âmbito dos conteúdos didáticos e formação de profissionais

Segundo Sander (2009, p. 70-74) a história da gestão da educação sempre esteve indissociavelmente ligada às conjunturas políticas-culturais no Brasil. E não é diferente a recente história da gestão educacional no país. Sander conta que no final da década de 1980 como a promulgação da Constituição de 1988 e a inquietação política da época proporcionaram os movimentos de reformulação das políticas educacionais vigentes que conduziram à promulgação da nova LDB⁸. Ainda de acordo com o autor, foi a partir desse momento notável da história

⁸ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei nº 9.394, de 1996).

brasileira que os conceitos de gestão democrática na educação surgiram e vem até hoje regendo os estudos no campo da administração.

O pensamento crítico, a participação coletiva, a postura dialógica e o compromisso democrático são elementos definidores do movimento antropossociopolítico contemporâneo que se observa em numerosas obras individuais e coletivas de gestão educacional da atualidade (SANDER, 2009, p. 70-74).

Partindo dessa premissa, torna-se imprescindível destacar a figura do gestor como agente na construção de preceitos participativos. “Ele descentraliza a sua liderança como ato de uma gestão democrática em que a tomada de decisão é disseminada e compartilhada por todos os participantes da comunidade escolar”. Lück, (2011, apud Honorato, 2012, p.10).

Desse modo, este artigo volta o olhar para a prática da gestão nas organizações escolares, direcionando-se à gestão pedagógica, que de acordo com Gianini e Junior é parte fundamental da gestão escolar, pois,

(...) são estabelecidos os objetivos para o ensino, define as linhas de pesquisas, propõe metas a serem atingidas, elabora os currículos e acompanha as propostas para o projeto pedagógico, bem como os demais projetos que substanciam a Instituição (GIANINI E JUNIOR, 2010, p. 42).

Para que uma proposta educacional bilíngue a alunos da educação infantil e ensino fundamental seja implementada é necessário que os gestores educacionais da instituição decidam pela metodologia mais adequada à realidade dela. Alguns estudos⁹ apontam os diversos tipos de modelos educacionais que atendem também aos mais variados públicos que buscam o ensino bilíngue. Neste caso, nos voltaremos ao público infantil, que pelo desejo da família, decidiu por matricular suas crianças em uma escola bilíngue eletiva. E, portanto, o modelo mais adequado seria o *Programa de Imersão*.

Segundo Harmers e Blanc (2000, apud Megale 2005, p.10) “imersão significa simplesmente que um grupo de crianças falantes de uma certa L1 recebe toda ou parte da instrução escolar através de uma L2”. Para Fávoro:

Programas de imersão é um termo “guarda-chuva”, ou seja, abriga muitos tipos diferentes de educação, que se diferenciam de acordo com a idade em que as crianças entram na escola e com o tempo de exposição à língua-alvo (nos programas de imersão total, usualmente utiliza-se a língua-alvo em 100% do tempo) (FÁVARO, 2009, p.51).

⁹ Dois autores (Antonieta Heyden Megale e Marcello Marcelino) que serviram de referência para a produção desse artigo apresentam com detalhes os tipos de modelos de educação bilíngue:

1. MEGALE, Antonieta Heyden. Bilinguismo e Educação Bilíngue – discutindo conceitos. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL. V. 3, n. 5, agosto de 2005.
2. MARCELINO, Marcello. Bilinguismo no Brasil: significado e expectativas. Revista Intercâmbio, volume XIX: 1-22 2009. São Paulo: LAEL/PUC-SP.

Quando uma instituição inicia o programa de educação bilíngue é importante que os gestores tenham sensibilidade em adotar práticas pedagógicas que considere o desconhecimento dos discentes na L2, uma vez que, muitos dos alunos, senão todos, ainda não têm contato com a L2 e passarão a ter a partir do momento que iniciarem esses estudos. A respeito disso, Hoexter apresenta:

Modelo transitório: este modelo tolera o uso da primeira língua como meio de comunicação em sala de aula quando os alunos têm insuficiência do idioma alvo (segunda língua). Em consonância com o desenvolvimento da capacidade no segundo idioma, seu uso passa a ser predominante no processo de ensino-aprendizagem (HOEXTER, 2017, p.25).

Contudo, superado esse momento inicial dos discentes o “Modelo de Imersão” de acordo com Fávaro (2009, p.53) com características que levam em conta a idade em que a criança entra em imersão e o tempo em que ela fica imersa na L2, é o mais utilizado nas escolas bilíngues e recomendado para se alcançar os objetivos de aprendizagem com cita Hoexter:

O modelo de imersão pode ser considerado como o mais utilizado pelas escolas bilíngues na Educação Infantil, uma vez que essas escolas têm como objetivo o ensino da segunda língua ao lado do ensino de conteúdos curriculares baseados na primeira língua (HOEXTER, 2017, p.26).

Escolhida a metodologia, cabe também aos gestores educacionais indicar ao corpo docente como acontecerá a condução dos conteúdos didáticos. De modo geral, a instrução é feita na L2 e segundo Megale os programas bilíngues pode seguir algumas categorias com o objetivo de adequar os conteúdos:

Bilinguismo parcial bi-letrado em que ambas as línguas são utilizadas tanto escrita quanto oralmente, mas as matérias são divididas de tal forma que a L1 é utilizada apenas para as chamadas matérias culturais, como: história, artes e folclore; enquanto a L2 é utilizada para as demais matérias. (...)

Programa de enriquecimento, nele, de acordo com Cox e Assis-Peterson (2001), ambas as línguas são desenvolvidas desde a classe de alfabetização e são utilizadas como meio de instrução de conteúdos (MEGALE 2005, p.08).

À luz de tais proposições, compete ao corpo docente o desenvolvimento desses programas bilíngues de modo a promover com sucesso o processo de ensino-aprendizagem. E para isso, torna-se fundamental que esse profissional tenha formação específica para alcançar aquele objetivo. De acordo com Chediak (2019, p. 63) é neste ponto que o gestor encontrar maior dificuldade na implementação de uma proposta educacional bilíngue. Captar e selecionar profissionais fluentes na L2 e ainda, com formação pedagógica que os habilite a lecionar nos anos iniciais do ensino fundamental.

Encontrar profissionais com esse perfil tem sido tarefa difícil para os gestores das escolas, visto que não há nas universidades curso específico que forme esse profissional. Faria e Sabota apresentam essa preocupação ao pensar nos rumos do ensino bilíngue infantil,

(...) ausência de disciplinas nos cursos de licenciatura, que orientem a formação de professores de línguas para atuarem com crianças desde a Educação Infantil e a necessidade de uma didática específica para lidar com esse público, promovendo interação e desenvolvimento linguístico (FARIA e SABOTA, 2019, p. 251).

Essa formação fica a cargo, muitas vezes, da própria escola, que proporciona aos docentes práticas pedagógicas enriquecedoras que talvez na academia não seriam satisfatoriamente alcançadas. Tanto a universidade, “onde se formam professores, o que implica em formar formadores de cidadãos críticos”, quanto o local de trabalho, “espaço de formação continuada, ou seja, um local em que diferentes ofertas de formação devem ser constantemente oferecidas a seus profissionais” podem ser meios de formação do professor, como sugere Fávaro (2009, p.64) “(...) Sem dúvida, a escola é um local de formação também de seus professores em que a reflexão sobre a prática deve estar sempre presente”.

Entretanto, Faria e Sabota (2019, p. 246), não concordam com a possibilidade de a escola empregadora servir também como formadora. Pois, suscita a manutenção do cenário de injustiça social, tendo em vista a possibilidade de elitização da escola, e a dificuldade de acesso por parte de classes sociais mais pobres. Atribuem, portanto, à universidade o papel exclusivo de formação de tais profissionais.

Na prática, contudo, nem sempre se consegue um único profissional com perfil ideal, e diante dessa realidade o gestor precisa de criatividade para solucionar essa questão “colocando dois professores em sala de aula: um com a formação pedagógica exigida por lei e outro com a licenciatura em Letras/Inglês, com fluência na língua.” Nas palavras de Chediak (2019, p. 63).

Logo, fica evidente que a função mediadora e de solução de problemas cabe ao gestor educacional. Ao passo em que ele toma para si as responsabilidades, a instituição se fortalece e alcança seus objetivos educacionais.

O papel que esse líder desempenha é caracterizado pela visão, valores e objetivos da escola, e às suas abordagens em relação a mudanças. Ele tem que ter decisões firmes e objetivas, um enfoque participativo de todos e um verdadeiro profissional que lidera. (HONORATO, 2012, p.13)

Certamente, ao implementar uma proposta educacional bilíngue o gestor precisará exercer esse papel de liderança, de acordo com Honorato, (2012, p.14) suas ações estarão ligadas à eficiência dos processos de ensino-aprendizagem. E isso será verificado quando, ao final de

ciclo completo de estudos, a criança demonstrar fluência¹⁰, proficiência¹¹ e conhecimento cultural que subjaz aos idiomas apreendidos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas de ensino bilíngue já são uma realidade e se configuram como um novo modelo de educação pretendido por parte significativa da população. Entretanto, diante da revisão bibliográfica feita sobre o tema, ainda precisa alcançar classes menos favorecidas, visto que a educação carrega o status de direito fundamental e, portanto, deveria estar ao alcance de todos. Uma das maneiras de minimizar essa distância, certamente, perpassa ao estabelecimento de uma regulamentação específica para as escolas bilíngues na modalidade eletiva. A LDB¹², por exemplo, toca na educação bilíngue somente para tratar do ensino de línguas maternas de comunidades indígenas. A falta dessa legislação acaba por possibilitar também que algumas escolas se denominem bilíngues, quando na prática, apenas reforçam o estudo de um segundo idioma. O que descredencia todo um trabalho realizado, de pesquisa e definição de conceitos por estudiosos da área.

Uma boa proposta educacional bilíngue é aquela que leva em conta à promoção do ensino-aprendizagem de um segundo idioma, incluindo aspectos culturais dos países de origem da L2, mas também, não deixando de atender ao Currículo Nacional proposto pelo Ministério da Educação (MEC). Além disso, é importante salientar que a qualidade do projeto educacional bilíngue percorre em atender as demandas da sociedade hoje: a necessidade do domínio de mais de uma língua nas relações interpessoais e a busca dos pais por um ensino de qualidade, almejando tornar seus filhos profissionais mais competentes e bem preparados para o mercado de trabalho globalizado.

É nesse ínterim que se destaca o trabalho do gestor pedagógico como figura chave para pôr em prática toda essa engrenagem que se configura uma proposta educacional bilíngue. Cabe a ele liderar o processo de implementação com vistas em seu público alvo e, também, em o seu corpo docente. Gerir os conteúdos didáticos de modo que atinja os objetivos educacionais, assim como, promover melhor qualificação a seus professores. E para tanto, o gestor precisa ser capaz

¹⁰ Característica do que é natural, espontâneo. Grande Dicionário Houaiss.

Disponível em:< <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v5-2/html/index.php#5>> Acesso em: 08 jun. 2020.

¹¹Qualidade do que é proficiente; competência, capacidade, mestria. Domínio num determinado campo; habilitação; consecução de bons resultados. Grande Dicionário Houaiss.

Disponível em:< <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v5-2/html/index.php#5>> Acesso em: 08 jun. 2020.

¹² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, seção III, art.32, par. 3º.

de se adequar às situações do dia a dia sem fugir dos preceitos propostos pela gestão democrática: participação coletiva, postura dialógica e compromisso democrático.

Este presente artigo não tem pretensão alguma em encerrar tais reflexões, muito pelo contrário, entende-se ainda em aberto para o acréscimo de novas ideias e abordagens. Embora, acredite ter contribuído para o enriquecimento do estudo sobre o tema.

REFERÊNCIAS

1. BENCHIMOL, Ana Carolina. *Bilinguismo, Educação Bilíngue e Escolas Bilíngues*. 2011, 47p. Monografia. (apresentada junto ao Curso de Pedagogia) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (como requisito parcial a obtenção de graduação em Pedagogia, sob orientação do Professor Alberto Roiphe). Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/graduacao/pedagogia-presencial/AnaCarolinaBenchimol.PDF>> Acesso em: 23 mai. 2020.
2. CHEDIAK, Sheylla. *Biletramento na educação bilíngue eletiva: aquisição do português e inglês em contexto escolar*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.
3. COSTA, Ana Carolina Dias da. *Sobre a expansão do ensino bilíngue no Brasil: reflexões oportunas*. In: Anais Eletrônicos do IV Seminário Formação de Professores e Ensino de Língua Inglesa. Vol. 4, 2018. SÃO CRISTÓVÃO, UFS. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10065/2/SobreExpansaoEnsinoBilingue.pdf>> Acesso em: 02 set. 2019.
4. COSTA, Rone. *Bilinguismo nas escolas brasileiras: quais as principais dúvidas?* – Artigo Revista Gestão Universitária em 13 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/bilinguismo-nas-escolas-brasileiras-quais-as-principais-duvidas>>. Acesso em: 02 set. 2019.
5. FARIA, Marielly. SABOTA, Barbra. *Desafios da formação de professores para a educação infantil bilíngue*. Revista X. Curitiba, volume 14, n.5, p. 244-264, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/revistax/article/download/65814/39810>> Acesso em: 17 mai. 2020.
6. FÁVARO, Fernanda. Meirelles. *A Educação Infantil Bilíngue (português/inglês) na cidade de São Paulo e a formação dos profissionais da área: um estudo de caso em 05 escolas da cidade*. 2009. 173p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. Disponível em:<<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14055>> Acesso em: 03 set. 2019.
7. GIANINI, Viviana Cristina. JUNIOR, Ubirajara Gerardin. *Gestão educacional: a atuação do profissional secretário nas organizações educacionais*. Revista de Gestão e Secretariado. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 32-52, jul./dez. 2010. Disponível em:<<https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/32>> Acesso em: 21 mai. 2020.
8. HOEXTER, Flavia Queiroz. *Educação bilíngue na educação infantil*. Revista Intercâmbio, v.XXXV: p.18-37, 2017. São Paulo: LAEL/PUCSP. Disponível em: <

- <https://revistas.pucsp.br/intercambio/article/viewFile/35646/24439>> Acesso em: 06 out. 2019.
9. HONORATO, Hercules Guimarães. *O Gestor Escolar e suas competências: a liderança em discussão*. In: Comunicação Oral de Ensaio ou Pesquisa Educacional. **Eixo temático 8** – a direção escolar: formação, profissionalização e democracia. [s.d] 16p. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/trabalhos/herculesguimaraeshonorato_res_int_gt8.pdf> Acesso em: 08 jun. 2020.
 10. MARCELINO, Marcello. *Bilinguismo no Brasil: significado e expectativas*. Revista Intercâmbio, volume XIX: 1-22 2009. São Paulo: LAEL/PUC-SP. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/intercambio/article/viewFile/3487/2295>> Acesso em: 21 nov. 2019.
 11. MARINI, Eduardo. *A expansão das escolas bilíngues no Brasil*. Artigo Revista Educação, Ed.251. Disponível em: <<https://www.revistaeducacao.com.br/expansao-das-escolas-bilingues-no-brasil/>> Acesso em: 02 set. 2019.
 12. MEGALE, Antonieta Heyden. *Bilinguismo e Educação Bilíngue – discutindo conceitos*. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL, v. 3, n.5, 2005. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_5_bilinguismo_e_educacao_bilingue.pdf> Acesso em: 02 set. 2019.
 13. SANDER, Benno. *Gestão educacional - Concepções em disputa*. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/102/291>> Acesso em: 21 mai. 2020.
 14. VIEIRA, Maria Clara. *Escolas bilíngues se espalham pelo país. Isso é bom – e custa caro*. Revista Veja, São Paulo, n.2649, ago, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/escolas-bilingues-se-espalham-pelo-pais-isso-e-bom-e-custa-carro/> Acesso em: 17 mai. 2020.